

APRESENTAÇÃO

O caráter devastador da necropolítica (MBEMBE, 2016) adotada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), vem minando a (re) existência da classe trabalhadora e atinge as mais distintas esferas socioespaciais. Nos campos, nas águas e nas florestas, diversas são as formas de violência e inúmeros são os ataques às comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, evidenciando um conjunto orquestrado, deliberado e impositivo de mudanças cruéis e regimentadas por uma agenda ultraneoliberal, revigorada no Brasil com o golpe contra ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Diversos foram os retrocessos no âmbito da institucionalidade das políticas públicas voltadas ao campo para a agricultura camponesa e para os territórios de reforma agrária e quilombolas. Os direitos sociais dos (as) trabalhadores (as) rurais, que além de serem conquistas pontuais e tardias, estão cada vez mais ameaçados, sendo a fome e a pobreza uma realidade latente e reveladora da atual configuração da questão agrária brasileira.

Não temos dúvida de que também no Brasil existe um governo populista e de extrema direita com fortes raízes agrárias (SCOONES et al., 2022), haja vista os incontestes apoios que recebe de grande parcela do agronegócio, dos grileiros, dos garimpeiros, das mineradoras e dos madeireiros. Faz parte de seus objetivos não apenas a invisibilização de modos de produção e vida que se contraponham ao agronegócio, como também o seu desaparecimento. Ou seja, se em contextos de exacerbação do neoliberalismo, a invisibilidade da produção familiar foi um duro golpe naqueles (as) que anseiam por um campo mais justo e saudável, na atualidade, o que vivemos/temos, é muito pior. Instado por um anseio de eliminação daqueles (as) que pensam e agem diferente do que é previsto e propagado por sua base, o atual governo brasileiro atua em favor da anulação física e simbólica de camponeses e dos povos originários e tradicionais, ribeirinhos (as), quilombolas, extrativistas etc. A ascensão da hegemonia política dessa direita populista, autoritária e fascista no Brasil, desde então, faz com que o processo de luta pela terra seja cada vez mais árduo, travejado por disputas e conflitos, necessitando a reinvenção e a renovação de instrumentos e estratégias contra-hegemônicas.

Potencializada pela pandemia de Covid-19, iniciada em Março de 2020, a redução de direitos, renda, emprego e liberdade colocadas à essas populações tornam-nas ainda mais vulneráveis, intensificando os atos de desrespeito e violência contra os (as) trabalhadores (as) do campo, em assentamentos rurais, acampamentos, quilombos, junto às mulheres, à população LGBTQIA+ e aos territórios indígenas e tradicionais em todo o país.

Esse cenário é marcado por um profundo desinteresse na vida dos camponeses (as), quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc., especialmente colocando no horizonte a possibilidade de eliminação física dos adversários. Aos poucos, a estética da narrativa construída levou os sujeitos organizados, insubordinados e resistentes à razão neoliberal a se tornarem muito mais do que simples adversários políticos, transformando homens e mulheres em inimigos do desenvolvimento nacional.

Mesmo nesse cenário de crescente medo e tensão, as ações desses sujeitos têm auxiliado a garantia de direitos básicos a diversos grupos, especialmente no combate à fome, através, por exemplo, da promoção do acesso a alimentos agroecológicos. Isso situa que apesar do agronegócio dinamizar a definição do alimento-mercadoria, a solidariedade de movimentos camponeses pontua por um outro caminho, o do alimento-bem comum. Mas essa realidade ainda é reveladora de outro fato curioso acerca dos movimentos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. no Brasil. Mesmo diante da necessidade do isolamento social durante a pandemia de Covid-19, os movimentos populares da esquerda não conseguiram cumprir o isolamento porque tiveram que seguir e ampliar suas lutas devido ao crescimento da pauta da saúde, mas também assumiram a responsabilidade por, através de ações solidárias classistas, alimentar a classe trabalhadora

Diante dessa problemática, a proposta deste Dossiê é apresentar aos leitores estudos comprometidos e críticos que sejam capazes de estimular diálogos, pensamentos, conhecimentos, concepções, práticas e experiências multidisciplinares de ordem contestadora e emancipatória, com ênfase em análises investigativas que provoquem a reflexão sobre a questão agrária no país, sobretudo no que diz respeito ao processo de lutas, enfrentamentos e resistências pela/na terra no contexto de Covid-19 desde 2020.

No intuito de construir diálogos horizontais e transversais, apostamos na representatividade de gênero e na heterogeneidade de temas, movimentos socioterritoriais, formações acadêmicas e regiões brasileiras para a apreensão de uma das

realidades mais contraditórias do planeta no “capitalismo pandêmico” (ANTUNES, 2020), como poderá ser apreciado pelos leitores (as) nos nove artigos que integram este Dossiê.

O agronegócio brasileiro bateu recordes de exportação em 2021. De janeiro a outubro, ele movimentou U\$\$102,4 bilhões em exportações, ultrapassando o recorde registrado em 2018, de U\$\$101,2 bilhões (CNA, 2022). Tais dados expressam o crescimento econômico do capital que favorece a continuidade da hegemonia no agronegócio, tema debatido no primeiro texto que abre esse Dossiê. Em “**Emergência da Covid-19 e produção do espaço de contágio em territórios de frigoríficos no Brasil e nos EUA**”, de Allan Rodrigo de Campos Silva, discute-se como os frigoríficos atuaram como espaços aceleradores de disseminação de Covid-19 no Brasil e EUA. Dentre os principais fatores para esse contágio, estão as características sanitárias, as pressões advindas das próprias corporações, o descumprimento/ausência de normas sanitárias de prevenção a Covid-19 e a centralidade ocupada pela indústria de processamento de alimentos em ambos países.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), em 2021, no Brasil, 44,8% dos (as) brasileiros (as) que estavam em situação de Segurança Alimentar, 55,2% estavam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), e 9% das pessoas passam fome, ou seja, em estado de IA Grave. Assim, o Brasil adentra, novamente, ao Mapa Mundial da Fome. O agravamento dessa situação impõe-nos a tarefa de denunciar essa miséria estrutural.

É o que fazem Raquel Santos Sant'Ana e Nathália Lopes Caldeira Brant no artigo “**Fome e Questão Agrária: um debate a partir da realidade brasileira**”. O texto traz, com muita sensibilidade e lucidez, o debate imprescindível sobre a fome e a sua intersecção com a questão agrária brasileira, ampliando os olhares para os tempos de pandemia de Covid-19 e a atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na produção e distribuição de alimentos saudáveis no combate à fome.

Dados recentes mostram que a Amazônia concentrou cerca de 59% da área desmatada e aproximadamente 66% dos alertas de desmatamento em 2021. Foram mais de 977 mil hectares de vegetação nativa destruídos - um crescimento de quase 15% em relação a 2020 (MAPBIOMAS, 2022). Num momento em que os índices de desmatamento na Amazônia são alarmantes, fruto de uma política genocida e criminosa, como é o caso da Medida Provisória 910 de 2019, assinada pela presidência da república,

que opera para regularização fundiária e privatização das terras públicas, João Márcio Palheta da Silva e Adolfo da Costa Oliveira Neto, em "**(Des) Caminhos dos Conflitos Socioterritoriais na Amazônia Oriental**", debatem os impactos territoriais dos grandes empreendimentos do setor mineral e a relação com os conflitos a partir de 2015. Destacam como as redes de infraestruturas aceleram e ampliam a exploração extrativista na integração dos territórios produtivos à economia internacional.

A incessante tentativa da bancada ruralista de instituir o marco temporal para a homologação das terras indígenas brasileiras é outro *front* de combate que os povos originários enfrentam em plena pandemia. No artigo "**A pandemia começou quando os brancos chegaram: barreiras sanitárias como práticas autônomas dos povos Kaiowá e Guarani**", Gislaine Carolina Monfort e Juliana Grasiéli Bueno Mota versam sobre as resistências indígenas e questionam visões eurocentradas que constituíram as bases da sociedade ocidental moderna. As autoras nos convidam à uma análise sobre os processos e práticas autônomas de autodefesa dos povos kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul como forma de proteção e cuidado contra a Covid-19.

Não obstante, as comunidades tradicionais também atravessam essa seara de lutas em plena Covid-19. Fábio Vieira, Miguel da Costa Accioly e Tayane Lopes Santos, no artigo denominado "**Mapeamento biorregional em comunidades pesqueiras: Envolvimento e pertencimento territorial frente aos impactos do crime do derramamento de petróleo e da Covid-19**", refletem como as comunidades pesqueiras do Nordeste foram afetadas pelo crime do derramamento do petróleo em 2019 e pela Covid-19. Destacam como esses mesmos sujeitos, a partir dos conhecimentos e saberes construídos, foram capazes de realizar um trabalho de mapeamento social na defesa de seus territórios e territorialidades.

No contexto de pandemia e isolamento social, os (as) agricultores (as) do projeto de reforma agrária 20 de Março em Três Lagoas (MS), em articulação com a extensão universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, adaptaram-se a modalidade on-line de comercialização de alimentos agroecológicos, e entregas a domicílio para a continuidade do projeto de extensão. Assim, o artigo "**Geografia e Agroecologia: A espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS no período pandêmico**", de Samuel da Silva Heimbach e Rosemeire Aparecida de Almeida, apresentou esta experiência e os caminhos construídos através da espacialização do

consumo de produtos agroecológicos no tecido urbano de Três Lagoas no período pandêmico.

No início da pandemia, ainda em 2020, a grande mídia passou a dar destaque às ações de "solidariedade" empreendidas por grandes corporações nacionais e estrangeiras no combate à Covid-19. No entanto, pouco se difundiu por esses mesmos canais midiáticos, como a sociedade civil, em especial os movimentos socioterritoriais, se articularam para o enfrentamento desse período. O artigo "**Pandemia, ações de Solidariedade do MST a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**", de Angela dos Santos Machado, Aline Albuquerque Jorge e Bernardo Mançano Fernandes, faz uma reflexão sobre como o MST participa de ações de solidariedade desde o início da pandemia, principalmente com doações de alimentos que extrapolam o caráter assistencialista. O texto se lança a uma discussão polêmica e ousada sobre como o projeto de reforma agrária para o país, defendido pelo MST, pode garantir redução das desigualdades sociais, uma alimentação saudável e a soberania alimentar, questões que, para os autores, estão interligados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

No artigo "**Movimentos Socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da Covid-19**" a temática sobre as ações de solidariedade permanece em foco. Parte do coletivo de mulheres da Rede DATALUTA que analisou as ações das camponesas nas campanhas de doação de alimentos no Brasil, a partir do debate paradigmático. As mulheres, como discutem as autoras, possuem centralidade nessas ações, nas produções dos alimentos, na gestão, preparação, estrutura de articulação e no campo paradigmático de discussões na defesa do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Ao impor inúmeros desafios à classe trabalhadora do campo e da cidade, a pandemia agudizou as problemáticas de uma sociedade fundada em bases capitalistas, patriarcais, racistas e homofóbicas. É partindo desse escopo que o último artigo, de Noeli Welter Taborda e Carlos Magno Soeiro Mendonça, intitulado "**Questão de gênero: as mulheres e lgbs no campo, ações de enfrentamento a Covid-19**" e redigido por militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do MST, apresenta um arsenal teórico/prático da luta dos movimentos feministas nas ações de enfrentamento a Covid-19. Evidencia a diversidade das ações no enfrentamento aos desafios impostos pela pandemia, através de campanhas de solidariedade, reuniões virtuais, manifestações

e atividades formativas que mantiveram aquecido o debate e a necessidade da Reforma Agrária Popular e de um projeto feminista para o campo. A luta contra LGBT fobia, contra o racismo e o machismo é o direcionamento coletivo proposto por esses sujeitos.

Este Dossiê buscou apresentar estudos críticos, olhares e saberes multidisciplinares a partir de uma visão emancipatória sobre a questão agrária no Brasil, suas expressões e processos contra-hegemônicos de lutas sociais no contexto de Covid-19. Neste sentido, à guisa de tecer breves considerações finais, estimamos uma leitura reflexiva, que neste Dossiê é discutida à luz de determinantes históricos, políticos, econômicos, geográficos e sociais da realidade brasileira, que articulados a geopolítica internacional, intensificam a pobreza e a fome no campo.

Os sujeitos coletivos que organizaram-se e colocaram-se na cena pública, agravada pela pandemia, realizaram diversas ações de caráter popular e feminista na construção de outras sociabilidades, em que o "Agro" não é a lógica, tampouco a regra, e os povos dos campos, das águas e das florestas, são corpos e mentes que disputam e devem ocupar as políticas de Estado. Seguimos firmes nesse projeto, pois apesar do medo e de tempos nefastos que tentam enterrar sonhos, ainda acreditamos que somos capazes de lutar e construir uma sociedade mais justa e digna para toda a sociedade brasileira.

Nos colocamos à disposição para futuros diálogos, desejando aos interessados uma ótima leitura!

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Gabriela Abrahão Masson

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

José Sobreiro Filho

COMISSÃO ORGANIZADORA DO DOSSIÊ

REFERÊNCIAS

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Balanco 2021**. Disponível em: <<https://balanco21perspectiva22.cnabrazil.org.br/balanco/>> Acesso em 25 ago. 2022.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2021**. São Paulo, Brasil: MapBiomass, 2022. Disponível em:< <http://alerta.mapbiomas.org>> Acesso em 25 ago. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 151-123, dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3sji373>>. Acesso em 16 mar. 2021.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> Acesso em 25 ago. 2022.

SCOONES, I.; EDELMAN, M.; BORRAS JR, S. **Authoritarian Populism and the Rural World**. Londres: Routledge, 2021.